

7044/82, a nível de 1º grau da 1a. à 4a. série e Pré-Escolar, prorrogada a autorização de funcionamento do Curso de 1º grau da 5a. à 8a. série e dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Resolução CEE-502/78, e tendo em vista o Parecer Conclusivo CEE-049/92, exarado no Processo CEE-045/90,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Considerar autorizado o funcionamento do Colégio Santo Agostinho, sede do município de Ipiáu, a nível de 2º grau, conforme a Lei 7044/82, a partir de 1991.

Artigo 2º- Considerar também autorizado o funcionamento do mesmo Estabelecimento, a nível de 1º grau da 1a. à 4a. série e Pré-Escolar, e prorrogada a autorização para funcionamento do mesmo Curso de 5a. à 8a. série.

Artigo 3º- Os respectivos Quadros Curriculares passam a integrar o Regimento Escolar do referido Estabelecimento.

Artigo 4º- A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, Sala Alexandre Leal Costa, em 16 de junho de 1992

Ass. Cons. Rômulo Galvão
Presidente CEE

Atos aprovados na 197a. sessão em 30 de junho de 1992

Comissão de Direito Educacional

Relator: Cons. Edivaldo Machado Boaventura

Parecer CEE-050/92

Determina que o aluno da Escola Tereza de Lisieux - Dmitri Fusi Cosma realize seus estudos de recuperação das três disciplinas indicadas, após a data pré fixada do Calendário Escolar, devendo frequentar as correspondentes aulas (Proc.... CEE-002/92).

Relator: Cons. José Nilton Carvalho Pereira

Parecer CEE-051/92

Determina ao Setor de Colégios Extintos da SEC, fornecer a MARIA JACILENE QUADROS DE ANDRADE Certificado de Conclusão de Curso de 2º grau, habilitação Técnico em Contabilidade e cópia de sua Vida Escolar. (Proc.CEE-244/90).

Parecer CEE-052/92

Determina a expedição do Certificado de Conclusão de 2º grau de JOSÉ LEMOS DOS SANTOS NETO pelo Setor de Colégios Extintos da SEC. (Proc.CEE-223/91).

Parecer CEE-053/92

Considera válidos os estudos realizados por JUDYNALVA RITA FERREIRA, no Instituto Globo de Educação, 1a e 2a séries de Curso de 2º grau, habilitação Processamento de Dados, nos anos de 1985 e 1986 e recomenda o cumprimento do Estágio Curricular para a regularização da sua Vida Escolar. (Proc.CEE-296/91).

Parecer CEE-054/92

Autoriza a regularização da Vida Escolar dos alunos relacionados no correspondente Processo mediante a repetição dos estudos das disciplinas em que foram reprovados, nas respectivas séries, declara válidos os seus estudos irregularmente realizados, após serem aprovados nas séries em que, anteriormente, foram reprovados e determina outras providências. (Proc.. CEE-378/91).

Atos aprovados em 14 de julho de 1992

Câmara de Educação de 1º e 2º graus
Relator: Cons. Pedro Trindade Barrêto

Parecer CEE-055/92

Considera autorizado o Colégio Comercial de Jacobina, estabelecimento reconhecido a nível de 1º grau e de 2º, sede do município de Jacobina, a funcionar, também, a nível de 2º grau conforme a Lei 7044/82. (Proc.CEE-128/87).

RESOLUÇÃO CEE-025/92

Autoriza o Colégio Comercial de Jacobina, estabelecimento reconhecido a nível de 1º grau e de 2º, sede do município de Jacobina, a funcionar a nível de 2º grau conforme a Lei 7044/82.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Resolução CEE-502/78, e tendo em vista o Parecer Conclusivo CEE-055/92, exarado no Processo CEE-128/87,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Considerar autorizado o Colégio Comercial de Jacobina, estabelecimento reconhecido a nível de 1º grau e de 2º, sede do município de Jacobina, a funcionar, também, a nível de 2º grau conforme a Lei 7044/82.

Artigo 2º- Os respectivos Quadros Curriculares passam a integrar o Regimento Escolar do referido Estabelecimento.

Artigo 3º- A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, Sala Alexandre Leal Costa, em 14 de julho de 1992.

Ass. Cons. Rômulo Galvão
Presidente

Relator: Cons. Othoniel Almeida Moura

Parecer CEE-056/92

Considera prorrogada a autorização para funcionamento do Colégio Catarina Paraguaçu, ex-Colégio Ateneu Paraguaçu, distrito de Nagé, município de Maragogipe, a nível de 1º grau e de 2º, habilitação Formação para o Magistério de 1º grau da 1a. à 4a. série. (Proc.CEE-459/89).

RESOLUÇÃO CEE-026/92

Prorroga o funcionamento do Colégio Catarina Paraguaçu-Ex-Colégio Ateneu

Paraguaçu, distrito de Nagé, município de Maragogipe, a nível de 1º grau e de 2º com a habilitação-Formação para o Magistério de 1º grau da 1a. à 4a. série.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Resolução CEE-502/78, e tendo em vista o Parecer Conclusivo CEE-056/92, exarado no Processo CEE-459/89,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Considerar prorrogada a autorização para funcionamento do Colégio Catarina Paraguaçu, Ex-Colégio Ateneu Paraguaçu, distrito de Nagé, município de Maragogipe, a nível de 1º grau e de 2º com habilitação - Formação para o Magistério de 1º grau da 1a. à 4a. série.

Artigo 2º- Os respectivos Quadros Curriculares passam a integrar o Regimento Escolar do referido Estabelecimento.

Artigo 3º- A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, Sala Alexandre Leal Costa, em 14 de julho de 1992.

Ass. Cons. Rômulo Galvão
Presidente

Relator: Consa. Carmélia Anna Amaral Sousa

Parecer CEE-057/92

Considera autorizado o funcionamento da Escola de Processamento de Dados da Bahia, sede do município de Salvador, a nível de 2º grau, habilitações - Técnico em Processamento de Dados e de Técnico em Segurança do Trabalho, bem como seja ministrado, no mesmo Estabelecimento o Curso de Segurança do Trabalho Pós 2º grau na forma que especifica (Proc.CEE-265/90).

RESOLUÇÃO CEE-027/92

Autoriza o funcionamento da Escola de Processamento de Dados da Bahia, sede do município de Salvador, a nível de 2º grau - habilitações-Técnico em Processamento de Dados e de Técnico em Segurança do Trabalho, e do Curso de Segurança do Trabalho Pós 2º grau no mesmo Estabelecimento.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Resolução CEE-502/78, e tendo em vista o Parecer Conclusivo CEE-057/92, exarado no Processo CEE-265/90,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Considerar autorizado o funcionamento da Escola de Processamento de Dados da Bahia, sede do município de Salvador, a nível de 2º grau - habilitações-Técnico em Processamento de Dados e de Técnico em Segurança do Trabalho.

Parágrafo Único - O referido Estabelecimento fica igualmente autorizado a ministrar o Curso de Técnico de Segurança do Trabalho Pós 2º grau de acordo com a Lei Federal 7.410/85, nos termos do Parecer CEE-057/92.

Artigo 2º- Os respectivos Quadros Curriculares passam a integrar o Regimento Escolar do referido Estabelecimento.

Artigo 3º- A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, Sala Alexandre Leal Costa, em 14 de julho de 1992

Ass. Cons. Rômulo Galvão
Presidente

Relator: Cons. Edivaldo Machado Boaventura

Parecer CEE-058/92

Considera autorizado o funcionamento do Colégio Aprovação, sede do município de Salvador, a nível de 2º grau, conforme a Lei 7044/82 e a nível de 1º grau e dá outras providências. (Proc.CEE-291/90).

RESOLUÇÃO CEE-028/92

Autoriza o funcionamento do Colégio Aprovação, sede do município de Salvador, a nível de 2º grau - conforme a Lei 7044/82 e a nível de 1º grau.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Resolução CEE-502/78, e tendo em vista o Parecer Conclusivo CEE-058/92, exarado no Processo CEE-291/90,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Considerar autorizado o funcionamento do Colégio Aprovação, sede do município de Salvador, a nível de 2º grau (Ensino Médio) conforme a Lei 7044/82 e a nível de 1º grau (Ensino Fundamental).

Artigo 2º- Os respectivos Quadros Curriculares passam a integrar o Regimento Escolar do referido Estabelecimento.

Artigo 3º- A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, Sala Alexandre Leal Costa, em 14 de julho de 1992.

Ass. Cons. Rômulo Galvão
Presidente

Ato aprovado em 21 de julho de 1992

Câmara de Educação de 1º e 2º graus

Relator: Cons. Pedro Trindade Barrêto

Parecer CEE-059/92

Considera autorizado o Instituto Municipal de Ensino de Ilhéus, ex-Instituto Municipal de Educação de Ilhéus, estabelecimento reconhecido a nível de 1º grau e de 2º, sede do município de Ilhéus, a funcionar, também, a nível de 2º grau conforme a Lei 7044/82 e indica condições para que possam ser autorizadas as extensões do mesmo Estabelecimento. (Proc.CEE-321/83).